

LEI Nº 1860/2019

DATA: 09.04.2019

SÚMULA: Autoriza Poder Executivo a outorgar a Concessão Administrativa de Uso de Bem Público (Terminal Rodoviário Municipal) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do art. 14 e §§ da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, a particulares, a Concessão Onerosa do bem público abaixo descrito:

“Terminal Rodoviário Municipal – Padre Narciso Zannatta”, sendo o BOX 03(venda de passagens), banheiros e parte do saguão de espera, com área total de 21,40m² (vinte e um virgula quarenta metros quadrados), localizada na Pio XII, esquina com a Rua Fernando Ferrari, nº 1017, no Imóvel Urbano Lote nº 06-C, da Quadra nº 37, matrícula nº 7.320, de propriedade do Município de Itapejara D'Oeste, Paraná.

§ 1º. A concessão de que trata o *caput* deste artigo será feita a título oneroso e realizada mediante processo licitatório, na modalidade concorrência pública, tendo por critério de julgamento a maior oferta, após laudo de avaliação de comissão específica.

§ 2º. A finalidade da concessão será exclusivamente a exploração do espaço público do Terminal Rodoviário Municipal, com box de venda de passagens, banheiros públicos, além de um salão de espera para embarque e desembarque, sendo vedada qualquer destinação diversa.

§ 3º. O ônus que caberá ao concessionário deverá constar, obrigatoriamente, no edital de licitação da concorrência pública.

Art. 2º. Os requisitos para exploração do bem público serão dispostos no edital de licitação próprio, na forma que a lei dispuser.

Art. 3º. A exploração do uso do bem público ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Público Municipal, podendo o Poder Público intervir na concessão a qualquer momento com o fim de assegurar a adequação da prestação

do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Art. 4º. Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, o bem público retorna ao Patrimônio Público, em sua integralidade, sendo vedada ao concessionário a realização de qualquer obra ou reforma sem autorização expressa do Poder Público Municipal.

Art. 5º. A concessão de que trata esta lei será outorgada pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovada por igual período.

Art. 6º. A concessão de que trata esta lei será regida, no que couber, pela Lei nº 8.666/93, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.

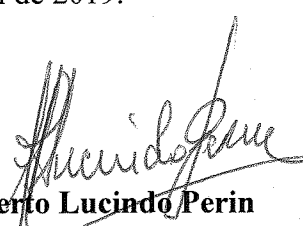
Art. 7º. Fica terminantemente proibida a transferência a terceiros de quaisquer dos direitos e obrigações firmados no contrato.

Art. 8º. Caberá ao Poder Executivo, se for o caso, editar Decreto para regulamentar o uso adequado do bem público.

Art. 9º. Eventuais despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações constantes no orçamento municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 09 (nove) de abril de 2019.



Agilberto Lucindo Perin
Prefeito Municipal